

Foi protocolado em regime de urgência um projeto de lei, sob o pretexto de combater o discurso de ódio online, que na prática instituirá um sistema de vigilância em massa. O texto prevê a criação de uma agência governamental com poderes para requisitar dados privados de aplicativos de mensagens sem ordem judicial, além de poder classificar opiniões políticas como "desinformação" e aplicar multas pesadas. Críticos afirmam que se trata da implementação de um "Ministério da Verdade" para silenciar a oposição e controlar a narrativa nas redes sociais.